



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**ANA LUCIA DE SOUSA SILVA**

**FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO DO  
PEDAGOGO A PARTIR DO PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFT-CAMPUS  
DE MIRACEMA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2024**

**Ana Lucia de Sousa Silva**

**Formação docente: Desafios e possibilidades da formação do pedagogo a partir do PPC do curso de pedagogia da UFT-campus de Miracema**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciado (a) em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira.

Miracema do Tocantins, TO

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S586f Silva, Ana Lucia de Sousa.  
Formação Docente:: Desafios e Perspectivas da Formação do Pedagogo a  
partira do PPC do Curso de Pedagogia da UFT-Campus de Miracema. / Ana  
Lucia de Sousa Silva. – Miracema, TO, 2024.  
42 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2024.

Orientador: Antônio Miranda de Oliveira

1. Pedagogia. 2. Formação docente. 3. Possibilidades. 4. PPC. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da  
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ANA LUCIA DE SOUSA SILVA

FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO A PARTIR DO PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFT-CAMPUS DE MIRACEMA

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_\_ 11 / \_\_\_\_ 09 \_\_\_\_ /2024 \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira – Orientador - UFT.

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Luciane Silva Sousa, Examinadora– UFT

---

Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho, Examinador – UFT

Dedico este trabalho a minha filha Geovana meu esposo Marlos. A meu pai Iranilton, que foi pai e mãe para mim e sempre fez de tudo para nos dar educação mesmo durante as dificuldades, a meus irmãos que não tiveram a mesma oportunidade que tive.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de ter feito esse curso, a minha família pelo apoio, e especialmente a meu esposo Marlos, por toda a paciência, minha filha Geovana e minha cunhada (comadre) Mayra que sempre me incentivou a fazer o ENEM e ingressar na Universidade. Agradeço a todos os professores pelos ensinamentos, ao meu orientador professor Antônio Miranda por ter aceito ser meu orientador e seguir acompanhado a escrita do meu TCC.

Não posso esquecer também dos meus colegas de turma que seguiram firmes mesmo ingressando em plena pandemia, continuamos um dando força para o outro e as minhas colegas, Maria Julia, Samara, Maria Roseno e Nathalia que não é da nossa turma mais também fizemos algumas disciplinas juntas.

Agradeço ao projeto de Inovação Científica o PIIP, o qual fui monitora e a professora Maria Irenilce coordenadora do projeto, sou muito grata por tudo que aprendi durante minha participação no mesmo, aos meus colegas monitores Rayla, Ana Carolina, Amanda, Jayne, Isabeli, Amanda e Marcos, juntos obtivemos muitos conhecimentos com escritas de artigos e participação em seminários, aprendi muito com essa turma, uma experiência única.

Por fim agradeço a Instituição UFT, por me proporcionar todo o conhecimento adquirido, as vivências, as amizades que fiz e que levarei para a vida.

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma abordagem sobre a pedagogia e a formação do pedagogo considerando as propostas que regem a formação através do PPC do curso e o referencial teórico de alguns autores como: Libâneo (2001), Saviani (2020), Pimenta (2022), Gatti (2010), dentre outros. Fez-se uma pesquisa de abordagem qualitativa buscando responder a seguinte questão: Como o PPC do curso de pedagogia aborda os desafios e as possibilidades da formação do pedagogo? Está organizada em três capítulos articulados com o objetivo de conhecer o projeto do Curso de pedagogia da UFT – campus de Miracema e conhecer e discutir a temática da formação docente a partir das referências que constam do PPC do curso. Por fim compreende-se que este estudo pode contribuir para a formação acadêmica e para a sociedade em geral, oferecendo elementos para avaliar o curso de pedagogia.

**Palavras-chave:** Pedagogia. Formação docente. Possibilidades. PPC.

## **ABSTRACT**

This work presents an approach to pedagogy and pedagogue training considering the proposals that govern training through the course PPP and the theoretical framework of some authors such as: Libâneo (2001), Saviani (2020), Pimenta (2022), Gatti (2010), among others. A qualitative research approach seeking to answer the following question: How does the PPP of the pedagogy course address the challenges and possibilities of pedagogue training? It is organized into three articulated chapters with the aim of getting to know the UFT pedagogy bear project – Miracema campus and understanding and discussing the topic of teacher training based on the references contained in the course's PPC. Finally, it is understood that this study can contribute to academic training and to society in general, offering elements to evaluate the pedagogy course.

**Keywords:** Pedagogy. Teacher training. Possibilities. PPP.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2</b>	<b>PEDAGOGIA, HISTÓRIA, CONSTRUÇÃO E MUDANÇAS .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1</b>	<b>O Curso de Pedagogia no Brasil .....</b>	<b>11</b>
<b>2.2</b>	<b>O curso de Pedagogia: elementos do período da Ditadura militar .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>O CURSO DE PEDAGOGIA NO DEBATE DA ANFOPE: NOVAS E VELHAS CONFIGURAÇÕES.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>O curso de Pedagogia, seus marcos legais e o debate da ANFOPE ..</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>DISCUTINDO FORMAÇÃO DOCENTE: UNITINS e UFT.....</b>	<b>27</b>
<b>4.1</b>	<b>O Curso de Pedagogia da UNITINS-Campus de Miracema.....</b>	<b>27</b>
<b>4.2</b>	<b>O curso de pedagogia na UFT/Campus de Miracema a partir do PPC.....</b>	<b>33</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como tema a Formação docente: os desafios e as possibilidades da formação do pedagogo a partir do PPC do Curso de pedagogia da UFT. Tendo como foco principal responder ao questionamento: Como o PPC do curso de Pedagogia da UFT aborda os desafios e as possibilidades da formação do pedagogo. O interesse por esse estudo surgiu mediante a minha participação na disciplina de Teorias do Currículo, na qual produzi um artigo com mais dois colegas com a temática, “Currículo na formação de pedagogos”.

A partir das leituras visando a elaboração desse projeto, percebi algumas questões que me levaram a pensar em pesquisar sobre a formação docente, com as análises e os debates de alguns autores em que nos baseamos para os estudos como Libâneo (2001) e Gatti (2012/2019) que me proporcionaram interesse nesse assunto e a necessidade de aprofundar as leituras e reflexões.

Desde o início dos anos 80, quando havia uma luta constante pelo fim da ditadura e pela redemocratização do país, a sociedade civil se mobilizava, para alcançar uma educação para todos, que seja pública, democrática e sem discriminação. Uma parte importante desse debate se articula com a questão da formação docente.

A formação docente sempre foi debatida, mesmo antes da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB n.9.394/96), ser promulgada. Tendo todo um processo histórico, a profissionalização docente iniciou-se no século XVII na Europa, onde se percebeu uma necessidade de cursos de formação docente, e a partir de então que se iniciou a implantação nos outros países. Vem se intensificando no Brasil grandes discussões em relação à formação do pedagogo, e em consequência dessas discussões geraram debates que levaram a reestruturação e todo um processo de mudanças no curso de Pedagogia.

No Brasil somente em meados de 1930 que começaram a surgir os cursos de formação em nível superior na área da licenciatura, inclusive o Curso de Pedagogia.

O curso de pedagogia, desde sua criação em 1939, tem passado por mudanças significativas. Parte delas tem a ver com o movimento dos debates no âmbito da produção acadêmica por pesquisadores nas diferentes instituições que fazem formação docente. Por outro lado, há também o processo de debate fundado nas práticas docentes do conjunto dos professores no interior dos espaços de trabalho nas escolas de educação básica.

Nesse sentido, para realizar esse trabalho de conclusão de curso, estamos tomando como pergunta norteadora: Como o PPC do Curso de Pedagogia aborda os desafios e as possibilidades da formação do pedagogo? Definindo como objetivo geral fazer essa análise do PPC, e como objetivo específico se definiu: Conhecer o Projeto do curso de pedagogia da UFT-Campus de Miracema; Conhecer e discutir a temática da formação docente a partir das referências que constam do PPC do curso; e caracterizar limites e possibilidades da formação do pedagogo.

A partir dos objetivos e da problemática estabelecidas para esse estudo, verificou-se que no âmbito da produção acadêmica de pesquisas monográficas, os estudantes que levaram em conta essa temática, não o estudaram tomando como referência o projeto pedagógico do curso. Neste sentido o estudo ganha importância para fortalecer elementos que permitam avaliar a formação ofertada pela IES, mas também pode contribuir para os acadêmicos com novas abordagens sobre a formação docente quanto para a sociedade em geral, no sentido de oferecer elementos para avaliar o curso de pedagogia.

Do ponto de vista metodológico é uma pesquisa de abordagem qualitativa e documental, tendo como base alguns autores como: Bernadete Gatti, Libâneo, Helena de Freitas, Maria Clarisse Vieira e o próprio PPC do curso de Pedagogia que estarão norteando toda a pesquisa.

A Pesquisa é todo o processo de construção de conhecimento, que visa esclarecer o que o pesquisador vai desenvolver desde os caminhos teóricos até os resultados alcançados. Uma pesquisa qualitativa segundo Minayo (2002): “é uma abordagem que trata de questões particulares e preocupa-se nas ciências sociais e não pode ser quantificada, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitude”.

Pesquisa bibliográfica segundo Severino (2013, p.106): “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e teses etc. o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”. Já a pesquisa documental é baseada nas fontes documentais como aborda Severino (2013, p.106,107): “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

Esse trabalho está dividido em três partes, na primeira trago um breve contexto sobre a formação docente no Brasil, a segunda um pouco sobre o Curso de Pedagogia e para finalizar trago algumas questões sobre o curso a partir do seu PPC.

## 2 PEDAGOGIA, HISTÓRIA, CONSTRUÇÃO E MUDANÇAS

Neste capítulo, temos como objetivo trazer uma leitura histórica sobre a criação do curso de pedagogia no Brasil, sua origem desde sua criação, os marcos e mudanças alcançadas durante décadas, tendo como objetivo principal questionar como se deu sua formação desde sua origem. Usamos como base autores como Libâneo (2001) e Saviani (2020), Pimenta (2022), Gatti (2010), UFT/PPC de Pedagogia (2018) entre outros.

### 2.1 O Curso de Pedagogia no Brasil

Segundo Libâneo (2010, p.24): “A Pedagogia é um campo de conhecimento que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas da vida social”. A pedagogia é um campo de conhecimento amplo, faz uma reflexão sistemática do fenômeno educativo, porém não está relacionada apenas às práticas escolares, aborda também todo um amplo conjunto de outras práticas. Assim temos vários tipos de pedagogias, como aborda LIBÂNEO (2001, p.7). “Por consequência, se há uma diversidade de práticas educativas, há também várias pedagogias: a pedagogia familiar, a pedagogia sindical, a pedagogia dos meios de comunicação etc., além, é claro, da pedagogia escolar”. E dentro desse contexto e levando em conta o curso que estou fazendo, pretendo focar na pedagogia escolar, abordando desde sua chegada ao Brasil até os dias atuais e as mudanças ocorridas até então.

O curso de pedagogia desde sua origem perpassa por um longo processo histórico. No Brasil, teve seu primeiro modelo escolar com a vinda dos jesuítas, no ano de 1549. Segundo Libâneo, (2010, p.28), a problemática pedagógica se pôs, pelo menos, desde a vinda dos jesuítas, em 1549, dando origem à “pedagogia brasileira” (1549-1599), a pedagogia do *Ratio Studiorum* (1599-1759) e a “pedagogia pombalina” (1559-1834).

A pedagogia *Ratio Studiorum* servia apenas aos interesses da fé, tratava o trabalho docente mais como apostolado do que como uma atividade remunerada. Segundo Pimenta et al (2022, p.6):

Ratio Studiorum trata-se de um minucioso manual de funções para os dirigentes e professores, e de organização e administração escolar com prescrições sobre currículo, carga horária, textos, metodologia de ensino, avaliação, premiação e promoção nos colégios jesuítas. (PIMENTA, 2022 et.al, p.6).

Os colégios católicos e especificamente os colégios jesuítas, foram os primeiros a tratar da formação idenitária dos professores e professoras no Brasil, embora tenha ficado marcado na história que a preocupação principal nesse período era com a catequese e não com educação escolar entendida como direito das pessoas.

A origem do curso de pedagogia no Brasil deu-se durante o governo de Getúlio Vargas na década de 1930 em meio ao Estado Novo, entre os anos de 1937 a 1945. Nesse período o país passava por uma grande mudança no quadro político, econômico e cultural, em que estava situado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Durante esse período se buscava a ampliação de uma escola básica pública que fosse laica e gratuita para todos, e que fosse oposta ao que vinha sendo defendido pela igreja católica. De acordo com Pimenta et.al:

(...) a partir da década de 1930, instalam no cenário nacional a defesa da ampliação da escolaridade básica pública, gratuita e laica para toda a população, se opondo, portanto, ao predomínio da igreja católica, inspirados em movimentos que vinham ocorrendo em países europeus e Estados Unidos da América do Norte. (PIMENTA, 2022 et.al, p.7)

Voltando a questão da criação da Pedagogia no Brasil, podemos observar na fala de Oliveira (2023, p.03), que nos deixa bem explícito essa abordagem: “O curso de Pedagogia foi criado no ano de 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, por meio do Decreto-Lei nº1190 de 04 de abril de 1939, por Getúlio Vargas”. Durante esse período o objetivo principal da pedagogia era formar técnicos em educação, dentro de uma estrutura normativa decorrente de concepções políticas e da formação de professores que existiam no momento. A faculdade Nacional de Filosofia foi organizada em quatro segmentos: filosofia, e ciências, letras e pedagogia, com o acréscimo também da didática. O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFT, Campus de Miracema, menciona essa questão afirmando que:

A estrutura normativa que definiu o curso de pedagogia, em 1939, é decorrente da concepção política e de formação de professores da época, que alinharam todas as licenciaturas ao denominado “3+1”, pelo qual se realizava a formação de bacharéis nas diversas áreas das Ciências Humanas, Sociais, Naturais, Letras, Artes, Matemática, Física, Química, dentre outros. (UFT/PPC de Pedagogia, 2018, p.18).

A Pedagogia foi se desenvolvendo primeiramente ligada à filosofia, mas também voltada ao sentido empírico e prático, focando-se na formação da criança para a vida. Como aborda Saviani (2020, p.19),

De outro lado, o sentido empírico e prático inerente a Paidéia entendida como a formação da criança para a vida reforçou o aspecto metodológico presente já no sentido etimológico da pedagogia como meio, caminho; a condução da criança. (SAVIANI, 2020, p.19)

Com o fim da primeira guerra mundial, a partir de 1930, o Brasil pôde mudar as relações comerciais, buscando manter contato com os Estados Unidos, onde manteve relação comercial de importação e produção. A partir dessa relação entre os dois países deu início no país o movimento da Escola Nova, movimento esse que trabalhava com um ideário pedagógico próprio que era voltado ao ensino aprendizagem para as crianças. Até meados dos anos sessenta estava enraizado no país o pensamento escola novista, em seguida há uma mudança com o Regime Militar, que aconteceu no ano de 1964 e durou mais de vinte anos, mas que continua por aí<sup>1</sup>. Amaral menciona esse movimento dizendo que:

Esse movimento enfatizava os métodos ativos de ensino-aprendizagem, a experiência e a atividade infantil, a curiosidade e a liberdade da criança, o debate, a vivência democrática na escola, o respeito aos interesses infantis e as diferenças individuais, valorizando os estudos de pedagogia Experimental que dariam suporte a uma “Pedagogia Científica”. (AMARAL, 2011, p. 40).

Durante o Movimento Escolanovista aconteceram algumas reformas com destaque em nomes como: Anísio Teixeira e Fernando Azevedo entre outros que aproveitaram o momento da Escola Nova para se inspirar e promover reformas educacionais, no cenário educacional brasileiro.

Em 1938, foi fundado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) - atualmente Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que se converteu no principal centro aglutinador de experiências de renovação pedagógica. (SAVIANI, 2020, p.104).

---

<sup>1</sup> Recentemente em 2023(08 de janeiro) acabamos de passar por uma tentativa de golpe de estado no Brasil, com forte presença de militares em sua organização. O STF assumiu os processos e muita gente está sendo condenada por tentativa de golpe. No dia 8 de janeiro de 2023 aconteceu em Brasília DF, um protesto violento contrário a democracia, organizado por grupos da extrema-direita. Um movimento de massa, patrocinado por instituições clandestinas, que constituem um risco a soberania popular e a estabilidade administrativa do país.

No ano de 1968, foi publicada a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que introduziria no âmbito da formação do pedagogo algumas especializações (orientação, supervisão, inspeção e administração), segundo o debate do período, para atender as demandas de exigências da escola e da sociedade, mas como se percebeu ao longo do tempo, também para atender o processo de divisão do trabalho no interior da escola e seguir a mesma lógica de mercado e empresarial. Isso contribuiu muito para que a escola passasse a ser administrada no mesmo formato de uma empresa. As consequências estão aí até hoje.

Entre os anos 1970 e 1980 aconteceram as mobilizações para que o curso de pedagogia viesse assumir a docência como meio de evitar a fragmentação do curso. (SANTANA 2017). Em 1996 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa ideia de uma formação que regressa à fragmentação do curso de pedagogia foi crescendo durante o ano de 2006, nesse período foi aprovada a Resolução n. 1, do CNE de 15 de maio de 2006, que trouxe a definição do campo de atuação do profissional da pedagogia que deveriam trabalhar em ambientes escolares e não escolares, porém teria que ter como base a docência em educação infantil e anos iniciais do Ensino fundamental.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de pedagogia homologada pelo ministro de Estado da Educação no ano de 2006 abordam questões referentes ao curso, como o que será propício ao curso e as atividades que serão realizadas pelos pedagogos em formação. Em seu art. 2º inciso 2 traz o que o curso de pedagogia deve contemplar no currículo para que o curso cumpra sua função no campo da formação docente. Como segue:

§2º O curso de pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

- I. O planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;
- II. A aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outros, de conhecimento como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. (BRASIL, 2006, p. 1)

As diretrizes indicam claramente em seu artigo 3º o campo de atuação do pedagogo e mesmo considerando isso, o que ficou definido na forma da legislação não é uma questão absoluta.

Art. 3º o estudante de pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades compostas por pluralidade de conhecimentos teóricos e



práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípio de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (BRASIL,2006, p.1).

Em argumentação conjunta com Gatti (2010), vê-se que essa legislação define a natureza do curso de pedagogia como uma formação que se articula com o trabalho docente no âmbito da escola básica na fase inicial da formação escolar das crianças.

[...], o Conselho Nacional de Educação aprovou a resolução n.1, de 15/05/2006, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para esses cursos, propondo-os como licenciatura e atribuindo a estes a formação de professores para a educação infantil e anos iniciais do ensino médio na modalidade normal, onde fosse necessário e onde esses cursos estivessem, e para a educação de jovens e adultos, além da formação de gestores (GATTI, 2010, p.1357).

Podemos ver bem explícito no segundo artigo da própria resolução, como foi definida a identidade do curso nas Diretrizes Curriculares do curso de pedagogia.

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006, p. 1).

O artigo 2º das Diretrizes explicitam as áreas possíveis em que o pedagogo pode atuar, portanto também os conhecimentos que precisa ter, ou seja, deve saber atuar na gestão educacional, quanto em empresas, hospitais, museus e etc. com esse vasto campo de atuação é fundamental que os currículos dos cursos de pedagogia levem os licenciados a um conhecimento amplo de uma forma em que todos consigam atuar nessas diversas áreas, e que seja garantida uma formação continuada que aperfeiçoe os saberes adquiridos durante o curso.

O curso de pedagogia proporciona uma gama de conhecimentos, o que me levou a ter mais certeza do que queria seguir profissionalmente. Conhecer o trabalho docente e essa história do curso abriu ainda mais a minha mente. Hoje posso dizer que realmente estou mais apta a conhecer cada vez mais esse trabalho me dedicando e me esforçando para melhorar cada dia mais como pessoa e como profissional.

Durante os estágios as observações feitas dentro das escolas, me levaram querer conhecer mais sobre a profissão e o trabalho docente, trabalho esse que abarca

os sujeitos que atuam no processo educativo e as atividades laborais que são realizadas. Por que o interesse pelo trabalho docente? Um trabalho amplo e com suas atribuições que são muito interessantes e cativantes, em que se foca na formação do cidadão, e que a melhor parte a meu ver, é o ato de ensinar/aprender, isso é um ato que me cativou bastante, principalmente após a prática das regências com as crianças.

## 2.2 O curso de Pedagogia: elementos do período da Ditadura Militar

Na década de 1960 o Brasil viveu um momento de grande euforia com o avanço da industrialização que era impulsionada pelo governo de Juscelino Kubitschek, que segundo Saviani (2008, p. 292):

Conseguia assegurar relativa calma política, dando curso às franquias democráticas, graças a um equilíbrio que repousava na seguinte contradição: ao mesmo tempo em que estimulava a ideologia política nacionalista, dava sequência ao projeto de industrialização do país, por meio de uma progressiva desnacionalização da economia. (SAVIANI 2008, p.292)

Assim, o país não dependia mais das importações vindas do exterior, cumprindo sua meta industrial. Porém houve algumas divergências entre empresários, a classe média, forças da esquerda e os operários, que estavam unidos para o mesmo fim mais com divergências importantes, tendo em vista os diferentes interesses de classe.

Para Saviani, “Enquanto para a burguesia e as classes medias a industrialização era um fim em si mesmo, para o operário e as forças da esquerda tratava-se apenas de uma etapa” (SAVIANI 2008, p.293). A partir de então surgiram movimentos cuja finalidade era combater o comunismo, como por exemplo o (IBAD) Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que foi a primeira organização empresarial específica para a ação política, criada no ano de 1959, e o (IPES), Instituto de Estudos Políticos e Sociais, criado em 29 de novembro de 1961, que permaneceu durante 10 anos e foi extinto em junho de 1971. O IPES fazia uso dos meios de comunicação para causar guerra psicológica e buscava desmembrar as organizações que agiam em prol dos interesses populares (SAVIANI, 2008).

Esses foram alguns elementos, dentre outros, que contribuíram para o golpe militar em 31 de março, consumado no ano de 1964. Segundo Saviani “A articulação

entre os empresários e os militares conduziu ao golpe civil-militar desencadeado em 31 de março e consumado em 1 de abril de 1964” (SAVIANI 2008, p.294). Com o golpe militar, o IPES buscou realizar reforma dentro da educação criando um simpósio. Nas palavras desse autor, “Consumado o golpe militar, o IPES se dedicou a organizar um simpósio sobre a reforma da educação. Preparado nos meses de agosto a novembro, o simpósio se realizou em dezembro de 1964”. (Saviani 2008, p.295)

Foi realizado também um Fórum com o tema “A educação nos convém”, que segundo Saviani (2008, p.296): “A iniciativa da organização do Fórum se pôs como uma resposta da entidade empresarial a crise educacional escancarada com a tomada das escolas superiores pelos estudantes, em junho de 1968”.

Percebe-se que, para que os planos do Estado Militar se concretizassem havia a necessidade de fazer uma reestruturação em todo o sistema educacional brasileiro, pois a educação era primordial na concepção desses planos, pois a partir dela, buscava-se manter o controle político e ideológico da população, e uma expressão clara disso foi submeter a educação à lógica do mercado e da gestão empresarial, pensada como mercadoria a ser produzida para a comercialização, como qualquer outra no mercado das coisas para troca ou para usar. Surge então a partir daí uma nova fase, que deu início no ano de 1969 trazendo um novo marco legal de organização da formação do pedagogo. No dizer de Saviani,

O marco iniciador dessa nova fase foi o ano de 1969, quando entrou em vigor a Lei da Reforma Universitária (Lei n.5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969, mesma data em que foi aprovado o Parecer CFE n.77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação. Igualmente, em 1969 foi aprovado o Parecer CFE n. 252/69, que introduziu as habilitações profissionais no currículo do curso de Pedagogia. (SAVIANI, 2008, p.297).

Em razão disso o curso de Pedagogia, mas também toda a estrutura do sistema educacional brasileiro sofreu impactos e alterações estruturais que trouxeram algumas mudanças que abrangeram a formação docente e o trabalho pedagógico. Concordamos com Rodrigues ao afirmar que,

O curso de Pedagogia foi impactado pela Legislação do Regime Militar. Sofreu alterações estruturais que modificaram consideravelmente a formação docente. A Lei 5.540/68 seguindo a tendência ideológica do regime em questão, a fragmenta em dois eixos: formação do especialista e formação do professor. As faculdades de filosofia foram divididas em Institutos de ensino básico e Faculdade de Educação. (RODRIGUES, 2010, p.212).

Ainda no período do regime militar, o Parecer de nº 252/69, foi um documento que trouxe implicações importantes para o curso de Pedagogia e a formação docente no Brasil. O Parecer n. 252/69 foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, e instituiu o currículo mínimo para o curso de pedagogia e suas habilitações, como a Orientação Educacional, Administração, Supervisão e Inspeção escolar. Com esse parecer o curso acabou se tornando profissionalizante seguindo as exigências do Mercado e as concepções políticas adotadas naquele período.

Essa legislação influenciou profundamente os processos de formação de docentes, durante muitos anos no Brasil. No caso do curso de Pedagogia, essa concepção de curso e de formação trouxe impactos importantes para a identidade, o perfil do docente formado no curso. Muitas vezes, essa identidade docente, que deve ser sempre anunciada no plural, esteve fortemente marcada pelo modelo empresarial de escola e de formação. Na perspectiva de Pimenta, esse modelo é extinto em 2006, pelo menos do ponto de vista formal na legislação educacional, mas como sabemos outros elementos, do contexto atual, passam a dar o rumo nesse processo.

Em função das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, instituídas em 2006 pelo Conselho Nacional de Educação, o modelo de habilitações profissionais foi extinto. (PIMENTA, 2022, p. 06).

A seguir apresenta-se discussão sobre o curso de Pedagogia a partir do debate da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, como contraponto aos resquícios da ditadura militar. Esse debate deu origem ao curso que temos definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais e continua recriando outros debates; outras possibilidades para o curso e a formação docente, sem excluir o diálogo na elaboração do conhecimento acerca do campo da pedagogia.

### **3 O CURSO DE PEDAGOGIA NO DEBATE DA ANFOPE: NOVAS E VELHAS CONFIGURAÇÕES**

Numa perspectiva que diverge dos interesses dominantes e de poder no contexto das ações do regime militar, percebe-se que o curso de Pedagogia tem sua história construída no interior das Faculdades de Educação e Centros de Educação em todo o país e na perspectiva da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, “o Curso de Pedagogia, nos anos 90, emergiu como o principal lócus de formação docente dos educadores para atuar na educação básica, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental” (ANFOPE, 1998). Assim, nesta seção, nosso objetivo é mostrar, mesmo que de forma breve, alguns elementos desse debate que culmina com o que temos definido na forma da legislação como identidade do curso de pedagogia na atualidade.

#### **3.1 O curso de Pedagogia, seus marcos legais e o debate da ANFOPE**

Ao discutir a história e a identidade do Curso de Pedagogia no Brasil, Silva (2003) assinala que é possível identificar quatro períodos importantes na formação do curso: o primeiro está articulado com o “Decreto-Lei nº 1.190 de 1939, que instituiu o Curso no interior da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil”; o segundo marco importante “foi o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 251 de 1962, que estabeleceu o currículo mínimo e duração do curso”; o terceiro marco legal importante na organização do curso de pedagogia “foi o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 252 de 1969, que fixa o currículo mínimo e a duração do curso”; e o quarto que apresenta a história mais recente do Curso de Pedagogia que “é a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), nº 1, de 10 de abril de 2006, que fixa as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia”. Hoje podemos acrescentar outros elementos, que também fazem parte desse contexto, mas como as Diretrizes Nacionais (Res. N. 1 de abril de 2006) não foram extintas, não vamos mencionar outras referências legais. Embora existam.

Na parte anterior apresentamos três destes marcos referenciais da criação do Curso de Pedagogia, vamos agora centrar nossa atenção no quarto período que é marcado exatamente pela ação do movimento dos educadores organizados em torno da ANFOPE que tomam para si a responsabilidade de repensar a identidade do curso

de pedagogia e da formação do educador no Brasil.

A luta política dos educadores fazendo o enfrentamento das posições do MEC é fortalecida quando estes passam a se utilizar das conferências brasileiras de educação como espaço privilegiado para a discussão das reformulações e da identidade do curso de pedagogia. Freitas (1996, p. 67) assinala que, durante a III CBE, realizada em Niterói em 1984, no calor das discussões sobre a formação do educador “é a primeira vez que a categoria chama para si a função de modelar o Curso de Pedagogia e a formação dos licenciados”.

Em 1990, durante o seu 5º Encontro Nacional a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação dos Educadores – CONARCFE -, que substituiu o Comitê Nacional criado em 1980 é transformada em Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, fazendo com que o movimento dos educadores adquirisse mais consistência teórica podendo assim, contribuir qualitativamente com a discussão da problemática da formação do profissional da educação no Brasil (FREITAS, 1996).

Como movimento docente, além da luta política mais ampla em prol da democratização da sociedade brasileira, organiza-se e fortalece a luta na “defesa das concepções de base comum nacional na formação dos profissionais da educação e da docência como base de formação do educador”<sup>2</sup>.

Os debates e documentos da ANFOPE sobre a formação do educador são fundados nessa ideia de docência como base da formação e essas concepções foram se fortalecendo no interior do movimento docente, mas principalmente em algumas Faculdades de Educação que começaram a rever o currículo de seus cursos e passam a “suprimir as habilitações referentes aos especialistas” e centram sua atenção “na formação do professor, incluindo o das séries iniciais do ensino fundamental” como informa o documento da ANFOPE (2006).

Com isso as universidades foram, na prática concentrando seus cursos de pedagogia na formação para a docência na educação, anos iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos e como diz Tanuri (2006), “aos poucos, as licenciaturas em Pedagogia voltadas para a docência foram tornando-se mais numerosas do que as dirigidas à formação do especialista” (p. 74).

O Decreto 1.190, de abril de 1939 que criou o curso apresentou a formação

---

<sup>2</sup> A este respeito confira o Documento Gerador do 13º Encontro nacional da ANFOPE, que foi realizado de 16 a 18 de setembro de 2006, na UNICAMP.

docente, naquele momento, com a seguinte estrutura: o professor primário seria formado na escola normal e a formação do professor secundário (o licenciado) seria feita em três anos de bacharelado acrescido de um ano de didática, e é daí que se retira a ideia do 3 + 1, que causou bastante estragos na formação docente no Brasil, principalmente nas outras áreas, e não especificamente só no curso de pedagogia.

Embora os tempos sejam outros e as discussões sobre a formação do educador tenham passado por mudanças, inclusive em função das mudanças sociais e políticas porque passou a sociedade brasileira, até pouco tempo, no final da década de 1980 haviam cursos de licenciatura (História, Geografia, Matemática e outros) estruturados conforme este modelo do 3 + 1.

Nos debates da formação docente sempre aparece a questão da identidade docente e é muito comum falar de crise de identidade, por isso ela está presente no foco das discussões, das pesquisas e da reformulação do curso de Pedagogia. Brzezinski (1996, p. 86) informa que “ (...) as universidades federais brasileiras adotam, desde o final da década de 1980, têm à docência como base de formação do pedagogo, com ênfase na formação do professor das séries iniciais do Ensino Fundamental”. Embora isto não tenha impedido a existência de cursos que reforçam essa dicotomia já apontada acima.

Mais recentemente, particularmente na segunda metade da década de 1990 e até 2006, as discussões em torno da redefinição do curso de pedagogia foram retomadas, mediadas por outros elementos que influenciam decisivamente esse processo.

Um desses elementos foi o apoio dado, através das ações do MEC, no período dos dois mandatos do Governo FHC<sup>3</sup> que contribuiu para a criação de alguns instrumentos legais normativos (LDB/Pareceres) que funcionam na lógica de um Estado que se distancia do compromisso com uma educação pública de qualidade, portanto negligenciando uma política pública de formação do educador que se articule com o pensar dos mesmos no interior das práticas docentes na escola básica.

O que diz a LDB<sup>4</sup> sobre estas questões? Basicamente três artigos e seus incisos tratam desta questão, que são os artigos 62, 63 e 64. No Título VI que trata

---

<sup>3</sup> Fernando Henrique Cardoso foi Presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos, no período de 1995 a 1999 e de 1999 a 2003.

<sup>4</sup> LDB é a Lei nº 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, publicada no Diário Oficial da União nº 248, seção 1 de 23 de dezembro de 1996. A LDB estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

“Dos Profissionais da Educação”, no Artigo 62, a LDB estabelece que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, p.20)

Em seu artigo 63 e incisos, a LDB informa que cursos serão mantidos nos institutos superiores de educação:

I. cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;  
II. programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;  
III. programa de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. (BRASIL, 1996, p.20)

A LDB retoma ainda a discussão da formação dos especialistas, pois em seu artigo 64 define que:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996, p.20)

Obviamente que esta legislação trouxe consequências ruins para a formação docente, principalmente para o caso do curso de pedagogia. Alguns desses artigos se desdobram ou exigem pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação para que se efetive na prática em termos de projetos de cursos nas instituições de ensino superior no Brasil inteiro.

Neste período o MEC separou a formação dos professores dos demais profissionais da educação. Do ponto de vista prático propôs que a formação dos professores para atuar nas séries iniciais e na educação infantil, deveria acontecer nos “Institutos Superiores de Educação no Curso Normal Superior” e deixa para o curso de pedagogia o bacharelado. Isto significou a retomada das antigas habilitações, como assinala Freitas (1996).

Com base nesses instrumentos legais e de forma acrítica, inúmeras instituições públicas e privadas de ensino superior, de qualidade duvidosa, criaram os cursos denominados de Normal Superior supostamente em substituição aos cursos de pedagogia que, ou foram extintos ou passaram a ser ofertados como bacharelado,



como foi o caso da UNITINS com os cursos de pedagogia que existiam no Campus de Tocantinópolis e Miracema no período de 2000 a 2003 e que antecederam a instituição da formação docente nos cursos de pedagogia logo após a implantação da UFT, aqui no Campus de Miracema.

O movimento dos educadores acompanha de perto o que acontece com a formação do educador e a partir de 1998 realiza uma série de Encontros Nacionais, Regionais, via ANFOPE<sup>5</sup> visando fazer o enfrentamento da política de formação de professor instalado após a aprovação da LDB e a instituição de alguns pareceres e decretos regulamentando estas propostas de formação.

A leitura de documentos da ANFOPE deixa claro que, mesmo havendo várias entidades envolvidas não há consenso em torno de uma única concepção de formação para o curso de pedagogia, no entanto, também percebemos que desde o início da década de 1980, a ANFOPE foi a principal entidade responsável pelo movimento de renovação do curso de pedagogia levantando a bandeira de “um Curso de Pedagogia baseado na formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental, como enfrentamento a uma outra concepção que articula a identidade do pedagogo a partir de sua habilitação como especialista”.

Kuenzer e Rodrigues (2006) ressaltam esta ideia da existência de um debate não consensual no interior do movimento de renovação do Curso de Pedagogia, quando afirmam que,

Apesar de prevalecer a concepção que toma à docência como o núcleo forte da pedagogia, pelo menos duas outras circulam no debate. Em síntese, as três concepções podem ser assim formuladas: pedagogia centrada na docência (licenciatura – professor); pedagogia centrada na ciência da educação (bacharelado – pedagogo); e pedagogia centrada nas duas dimensões, formando integralmente o professor e o pedagogo (KUENZER; RODRIGUES, 2006, p. 194).

Este debate de diferentes concepções de formação também está presente no interior do intenso debate da história do Curso de Pedagogia, por um lado e de outro os debates que deram origem à LDB e no seu interior como ficou a formação docente e ainda ao enfrentamento que o movimento docente está fazendo no sentido de

---

<sup>5</sup>É importante salientar que além da ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, outras entidades formam um bloco na luta pelo fortalecimento de uma discussão nacional em prol da formação dos profissionais da educação: FORUNDIR – Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras; ANPAE – Associação Nacional de Administradores Educacionais; ANPEd – Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade.

repensar a identidade do Curso de Pedagogia é que serão construídas as atuais diretrizes curriculares do Curso de Pedagogia, aprovadas através da Resolução, nº 1 de 10 de abril de 2006 e dos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e nº 3/2006.

Em dezembro de 2005, nove meses após a liberação da minuta de Resolução para a discussão dos interessados, o Conselho Pleno do CNE aprovou por unanimidade o Parecer nº 05/2005 e a Resolução que o acompanha sobre as diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Pedagogia e levou em conta algumas solicitações do movimento dos educadores. Dentre as alterações, destacam-se: ampliação da formação do pedagogo, que passa a contemplar integralmente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas em contextos escolares e não-escolares.

Assim o intenso debate prossegue e foi importante para afirmar a concepção que identifica a pedagogia com a função docente, com a perspectiva de que o ensino deve ser a base da formação de todo educador, o que ficou assegurado nas diretrizes, embora saibamos que considerar a docência como eixo central na formação do pedagogo não é algo consensual e esse debate continua.<sup>6</sup>

Na verdade, o documento final das diretrizes do Curso de Pedagogia sintetiza os debates do movimento docente, mas também as posições que disputam maior influência na construção da identidade do curso e neste caso ficaram evidentes duas posições distintas: uma posição a favor de que a espinha dorsal do curso seja à docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, defendida pela ANFOPE; e a outra posição que se opõe a esta e que propõe que a teoria e a prática em torno dos saberes pedagógicos sejam assumidas como a base da identidade profissional do pedagogo, defendida por Pimenta, Libâneo e outros.

O que temos hoje, em termos de concepção de formação do pedagogo tornada legal pelas diretrizes aprovadas em maio de 2006, é a ideia de docência como base da formação e fator identitário do profissional em pedagogia.

Nos debates para definir a proposta final das diretrizes venceu a proposta do movimento docente que vem sendo construída pela ANFOPE durante os últimos vinte e cinco anos. Na concepção da ANFOPE o pedagogo é caracterizado como o profissional da educação que seria antes de tudo um professor. No entanto, o que

---

<sup>6</sup> Sobre esta discussão ver: Franco, Libâneo e Pimenta, 2007.

vemos na Resolução CNE/CP nº 1/2006 é que a docência é a base da formação, mas a estrutura curricular do curso de pedagogia proporciona ao pedagogo a possibilidade de vislumbrar a realidade educacional como um todo, tanto em ambientes escolares e não escolares, formais e não formais (o Artigo 4º, parágrafo único, inciso terceiro da Resolução<sup>7</sup> assegura isto).

A Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (que não foi revogada pela Res. do CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024), licenciatura, prevê que as habilitações em cursos de pedagogia, existentes até então, entrarão em extinção, a partir da publicação das diretrizes. Em seu Artigo 4º esta Resolução afirma:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

Uma leitura mais atenta das Diretrizes aponta que a crise de identidade do pedagogo não é solucionada com a aprovação destas, aliás, as diretrizes, a nosso ver, continuam apontando que o debate deve continuar e que, além disso, a identidade passa por questões que se relacionam não somente com a formação, com o avanço do conhecimento, mas também com o exercício profissional (questões que vamos analisar na última seção desse trabalho) em espaços mais adequados para a sua compreensão e formação e, em minha compreensão um espaço privilegiado para isto ainda é a escola pública de educação básica nos distintos sistemas de ensino, além das experiências educativas em organizações não-escolares.

As Diretrizes apontam, em seu Artigo 6º, que a estrutura do Curso de Pedagogia, respeitada a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, deve se constituir de três núcleos de estudos, cada um com uma formatação própria, mas com o objetivo de fazer a formação de forma articulada. Os núcleos são os seguintes:

I. *um núcleo de estudos básicos* que, sem perder vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas;

---

<sup>7</sup> Vemos bem explícito na resolução CNE/CP nº4, de maio de 2024 em seu artigo 12,13,14 e seus incisos onde retrata bem a questão do currículo e da formação inicial.

II. *um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos* voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades;

III. *um núcleo de estudos integradores* que proporcionará enriquecimento curricular e compreende a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição, assim como as atividades complementares acadêmico-científico-culturais: participação em simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes. (BRASIL,2006, p.3 e 4,grifo nosso).

Compreendemos que a organização curricular do curso em articulação com esses núcleos aponta questões importantes para a formação do pedagogo. Daí nosso trabalho de apresentar na próxima seção o curso de pedagogia da UFT-Campus de Miracema, tomando como referência seu Projeto pedagógico.

## **4 DISCUTINDO FORMAÇÃO DOCENTE: UNITINS E UFT**

Temos razões para acreditar que não foi a UFT que inaugurou o trabalho de formação docente nesta região. Muito antes dela outras instituições de ensino superior, mas também escolas de segundo grau, hoje, ensino médio, já faziam isso. Estamos retomando aqui alguns elementos dessa história em razão das origens da UFT que, enquanto instituição de ensino superior, não nasceu do zero.

O curso de pedagogia ofertado pela UFT, no campus de Miracema, faz parte desse contexto do debate nacional, mas também tem um contexto histórico regional, pois antes da criação e implantação da UFT (em 2003) já existiam algumas escolas que trabalhavam com a formação de professores, com o curso de magistério normal, e uma dessas escolas era o Colégio Tocantins aqui em Miracema do Tocantins, além da oferta de cursos de formação de professores que existiam em Porto Nacional, Gurupi, Araguaína e em Tocantinópolis.

Nosso objetivo, nesta seção é apresentar o debate do curso de Pedagogia da UFT, Campus de Miracema, tomando como referência seu projeto pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, mas esse histórico anterior que precede a existência da UFT.

### **4.1 O Curso de Pedagogia da UNITINS para UFT- Campus de Miracema**

A partir de 1988, quando a Constituição Federal instituiu o desmembramento da parte norte do Estado de Goiás e criou o Estado do Tocantins, foi possível perceber as dimensões do abandono a que esta região estava submetida, principalmente em relação a educação.

No tocante ao ensino superior público isto era evidente, pois não havia ensino superior público nesta região, antes da criação do estado. Existiam faculdades particulares isoladas<sup>8</sup> somente nas cidades de Porto Nacional, Gurupi e Araguaína, que mantinham cursos na área de humanas e principalmente focados na formação de professores. Mesmo assim os sistemas de ensino no estado careciam de pessoal habilitado. Com a implantação do estado e tendo a cidade de Miracema do Tocantins como

---

<sup>8</sup>Um encaminhamento tomado pela Reitoria da UNITINS, em 1993 foi a incorporação dos cursos de licenciaturas das Faculdades de Filosofia do Norte Goiano (FAFITINS, cidade de Porto Nacional) e de Educação, Ciências e Letras (FACILA - em Araguaína), aos centros de extensão recém-criados (Ver AIRES, 1998 e FREIRE, 2002).

sua primeira capital, o governo do estado decidiu criar uma universidade estadual. Assim, em 1990 é criada a UNITINS – Universidade do Estado do Tocantins.

A Universidade do Tocantins - UNITINS é uma Instituição de Ensino Superior criada pelo Decreto nº 252/90, de 21/02/90, em conformidade com a Lei nº 136/90 que instituiu a Fundação Universidade do Tocantins como sua entidade mantenedora. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 2.211/90, a UNITINS era (naquele momento) a única universidade pública estadual do Tocantins. Sua instalação ocorreu em dezembro de 1990, na cidade de Miracema do Tocantins (FREIRE, 2002).

A UNITINS foi criada como uma instituição multicampi e é implantada em 1991, inicialmente com três campi em diferentes regiões do Estado: Tocantinópolis, Guaraí e Arraias e sua sede, a Reitoria, na cidade de Miracema, então capital do estado. Naquele mesmo ano foi realizado concurso público para a formação do quadro de docentes, aprovando vinte e um candidatos, que seriam responsáveis pela implantação dos três campi da universidade. O primeiro curso a ser implantado foi o Curso de Pedagogia, com o objetivo de atender a formação de professores para os anos iniciais. O primeiro vestibular para esse curso foi realizado utilizando-se no processo seletivo a análise do histórico escolar dos candidatos (FREIRE, 2002).

A UNITINS se apresentou como uma instituição muito instável, pois não possuía autonomia na medida em que pudesse ser considerada uma instituição universitária, haja vista que esteve sempre muito vulnerável aos arranjos políticos de quem momentaneamente estava à frente do governo do estado. Foi assim, que esta instituição passou por diversas reformulações<sup>9</sup> e, em 1992 é ampliada sua estrutura multicampi com a criação de campi nas cidades de Palmas, Miracema, Paraíso, Gurupi, Porto Nacional e Araguaína. Nos casos de Araguaína e Porto Nacional os campi foram implantados encampando-se a estrutura de ensino superior já existente, como foi mencionado anteriormente.

O Campus de Miracema tem sua origem datada em 1992, com a implantação do curso de Administração que funcionava com três habilitações: Administração de Empresa, Administração Pública e Administração Rural. Em 1995 foi implantado o Curso de Licenciatura em Matemática e em 1999 a administração superior da UNITINS toma a decisão de não ofertar vagas no vestibular para os cursos do Campus

---

<sup>9</sup>A instabilidade política e administrativa da UNITINS tinha consequência direta para as funções básicas de uma instituição denominada universidade. Mas como garantir algum trabalho acadêmico sério em uma instituição que de 1991 a 2003, por exemplo, teve 14 reitores?

de Miracema (Administração e Matemática) argumentando que a demanda era pequena e que em Palmas a demanda era maior (FREIRE, 2002).

A decisão de fechamento de campus, bem como a não oferta de vagas no vestibular para alguns cursos, de certo modo anuncia o fim da UNITINS como instituição pública, mas ao mesmo tempo ajuda fortalecer o debate pela defesa da criação de uma universidade federal no estado. Foi nesse contexto que:

A Reitoria da UNITINS, por solicitação do chefe do executivo estadual começou um processo de reestruturação da instituição e para isto devia fechar alguns campi (corria risco de fechamento os campi de Miracema, Guaraí, Paraíso, Arraias e Tocantinópolis). No processo de discussão dessa reestruturação, decide-se criar o que se denominou de CEFOPE (Centro Universitário de Formação de Profissionais da Educação) exatamente para atender ao disposto na LDB (Artigos 62 e 63) no que diz respeito à formação do professor (FREIRE, 2002, p. 36).

Nesse processo de mudanças na UNITINS se confirma o fechamento dos campi de Guaraí e Paraíso; Miracema e Tocantinópolis são transformados em CEFOPE - Centros Universitários de Formação de Profissionais da Educação que passam a ofertar o Curso de Pedagogia na modalidade bacharelado, para formar os especialistas e o Curso de Normal Superior, para formar o docente para os anos iniciais. Em Tocantinópolis é ofertado apenas o curso de Normal Superior. Esta medida dismantela as discussões que vinham ocorrendo em torno da formação do pedagogo e esfacela a formação, na medida em que fortalece a histórica crise de identidade do Curso de Pedagogia sem levar em conta os debates que estão ocorrendo pelo movimento dos educadores no Brasil inteiro e as experiências de formação já vivenciadas a partir dos Cursos de Pedagogia existentes nos campi de Arraias, Tocantinópolis, Miracema<sup>10</sup>.

O primeiro CEFOPE foi criado no Campus de Miracema para oferecer os cursos de Pedagogia (Habilitação em Administração ou Supervisão Educacional) e Normal Superior<sup>11</sup> para formar o docente para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O segundo foi criado no campus de Tocantinópolis para oferecer o curso Normal Superior, conforme estava previsto na Resolução nº 036/00, do Conselho Curador da Universidade do Tocantins (FREIRE, 2002).

---

<sup>10</sup>A matriz curricular do curso existente nestes campi apontava para a formação de um pedagogo generalista, mas a estrutura curricular do curso estava mais próxima do foco na docência dos anos iniciais do ensino fundamental.

<sup>11</sup>Resolução Nº 036, de 31 de janeiro de 2000, do Conselho Curador da UNITINS, aprova a implantação dos cursos de Pedagogia e Normal Superior no Campus de Miracema.

Acreditamos que naquele contexto os integrantes da universidade, principalmente os docentes que no interior dos campi desenvolviam as atividades formativas dos cursos ou, o corpo burocrático que faziam parte da Pró-reitoria de Graduação, o próprio Conselho Estadual de Educação e a Secretaria de Estado da Educação e Cultura tinham conhecimento do debate nacional que envolvia a construção das diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia.

Esta decisão teve impacto na formação do pedagogo e no curso e criou um mal estar muito grande entre os docentes, pois naquele momento as histórias de formação e de experiências do grupo de docentes do Campus de Miracema estavam articuladas com outro modo de pensar a formação do pedagogo, pois se articulava com a ideia de que “a base da formação e da profissionalização do pedagogo é a docência”, e era isto que o Curso de Pedagogia dos campi de Arraias, Tocantinópolis e Guaraí se propunham a fazer, lá na origem da UNITINS em 1991(FREIRE, 2002). Isso é rompido com a criação do curso de pedagogia para formar o bacharel.

Na verdade, a oferta de um curso de Pedagogia bacharelado no Campus de Miracema, com turma única e do Curso de Normal Superior, também com turma única, estava na contramão dos interesses de todos. Os docentes trabalhavam em um curso de bacharelado, mas o tempo todo estavam preocupados em negar o Projeto Pedagógico do Curso para aproximá-lo da docência. Os discentes do curso de pedagogia “felizes por que não seriam professores”, (OLIVEIRA,2023) mas ao mesmo tempo preocupados com as regras do sistema de ensino estadual que previa dois anos de experiência docente para o ingresso nas funções de especialistas nas escolas, além do fato de que predominava a prática da indicação política para esses cargos, principalmente de diretor de escola. Os discentes do Curso de Normal Superior claramente se sentiam marginalizados, “professores diminuídos” e com o agravante de que iam vendo o sistema estadual de educação e diversas prefeituras no estado abrirem concurso público para docente e não constar vagas para candidatos formados no Curso de Normal Superior (FREIRE, 2002).

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do CEFPE de Miracema, informa que “o perfil formativo do pedagogo está embasado nas discussões atuais acerca da formação dos profissionais da educação” e cita os Decretos de nº 3.276/99 e 3.554/2000, o Parecer nº 252/69; o Parecer CNE/CP nº 28/2001 e a própria LDBEN. Afirma ainda que:



O pedagogo Administrador Educacional e ou Supervisor Educacional é um profissional que poderá exercer suas funções em diferentes espaços como: Instituições de ensino do sistema público e particular de educação; órgãos da administração dos sistemas público e particular de educação; e entidades da sociedade civil: ONGs, Associações, sindicatos e outros que desenvolvam tarefas educativas através de propostas formalizadas ou não (UNITINS/CEFOPE Miracema, 2003, p. 15).

De acordo com Freire (2002) quando ocorre o movimento pela implantação de uma Universidade Federal no Tocantins, o Campus de Miracema, enquanto unidade da UNITINS (Universidade do Estado do Tocantins) passa por um momento complicado, está à beira da extinção. Conta com dois cursos: Pedagogia e Normal Superior, mas sem oferta de vestibular, não há entrada de novos alunos, aguardando-se apenas a conclusão das turmas.

O movimento político vitorioso, coordenado pelo movimento estudantil da então UNITINS e das escolas públicas de ensino médio que levantou a bandeira de luta pela criação da UFT foi de fundamental importância para a permanência do ensino superior público nesta região através do Campus de Miracema (Freire, 2002).

O movimento que deu origem a criação e implantação da UFT, a partir da estrutura herdada da Universidade Estadual (UNITINS), defendia que a nova universidade, agora federal, deveria ter uma estrutura multicampi nas mesmas condições da UNITINS, mas para nossa surpresa o Campus Universitário de Miracema não constava como um dos campi da recém criada Universidade Federal do Tocantins, pois a Reitoria da UNITINS no processo de negociação que informava todos os bens móveis e imóveis e ainda as questões de ordem acadêmica com o MEC, enviou relatório informando que o Campus de Miracema estava em processo de extinção e, portanto, foi necessária outra luta da comunidade estudantil e política de Miracema até que o Campus fizesse parte da estrutura da UFT (Freire, 2002).

Esta condição deixou sequelas para o trabalho acadêmico do Campus, pois naquele momento o Campus contava com dois cursos: Pedagogia e Normal Superior; um corpo docente composto de dez professores e, não houve destinação de código de vagas para o primeiro concurso de docentes da UFT, sendo necessário em seguida que os outros campi da UFT disponibilizassem códigos de vagas docentes para o Campus de Miracema (FREIRE, 2002). De certo modo é este o contexto de implantação da UFT em Miracema. E o que a UFT encontrou em Miracema?

Um Curso de Pedagogia com um projeto de curso que anunciava uma formação de bacharel tendo como foco principal a administração e a supervisão

educacional, com um corpo docente que se esforçava para fazer a formação do docente; e o Curso de Normal Superior para formar professores para as séries iniciais do ensino fundamental, profundamente desacreditado, ao ponto de os alunos que concluíram este curso cobrarem da universidade “uma complementação para se tornarem pedagogos”, como os mesmos diziam, naquele contexto (FREIRE, 2002, p. 56).

E o que aconteceu? A primeira providência foi o fortalecimento da ideia de negar esses cursos existentes no Campus, a partir de reuniões dos Colegiados e com a Pró-Reitoria de Graduação da UFT. Foram encaminhadas duas medidas, ainda em 2003: a primeira foi à decisão de reabrir vestibular, agora para cursos da UFT, no Campus de Miracema; a segunda e que guarda uma relação direta com todas as discussões que apresentamos aqui, foi a decisão de não abrir vestibular para o Curso de Normal Superior na UFT.

Estas decisões tiveram impactos diretos na vida dos alunos que já estavam matriculados no curso de Normal Superior, pois todos tiveram de ser transferidos para o Curso de Pedagogia; mas também exigia outro esforço dos docentes, pois era a oportunidade para corrigir os problemas com a formação do pedagogo e negar (não ofertar) o Curso de Pedagogia para formar bacharel. Foi neste contexto que os docentes retomaram o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia existente e propuseram alterações. Como as condições de emergência para a oferta do curso não permitiam pensar uma nova proposta de formação de acordo com as discussões, experiências e concepções dos docentes e discentes do curso, uma alternativa encontrada foi emendar o projeto do curso de pedagogia herdado da Unitins (FREIRE, 2002).

O corpo docente que integrava o Colegiado do Curso de Pedagogia na fase de implantação da UFT em Miracema, precisava fazer mudanças significativas no PPC do Curso de Pedagogia herdado da Unitins. Como a grande crítica estava centrada na formação de um pedagogo não professor, uma alternativa foi acrescentar disciplinas articuladas com a identidade docente. No Projeto Político Pedagógico do Curso, a matriz curricular é assim apresentada:

A matriz curricular do curso de Pedagogia de Miracema, respeitada a necessária diversidade no âmbito nacional, está organizada de acordo com a Resolução CNE/CP 01/2002 e abrange: 1) um núcleo de conteúdos básicos, articuladores da relação teoria e prática; 2) tópicos de estudos de aprofundamento, articulados da seguinte forma: para a habilitação Administração Educacional o eixo é o trabalho pedagógico constituído no Projeto Político Pedagógico, além do que a Teoria Geral das Organizações é considerada base da gestão; para a habilitação Supervisão Educacional o eixo é a Teoria e Planejamento Curricular; para a habilitação da Docência o eixo é a Organização do Trabalho Didático Pedagógico; 3) estudos complementares e optativos, além

das atividades acadêmico-científico-culturais fixadas na Resolução CNE/CP 02/2002 (PPP Pedagogia, 2004, p. 02).

Do ponto de vista da elaboração teórica do projeto formativo do curso estava anunciado que o mesmo era um curso de licenciatura, mas a dubiedade e a crise de identidade manifestada numa proposta de curso que estava muito mais próximo do bacharelado do que da licenciatura. O próprio documento PPC demonstra isto ao afirmar: “Portanto, o curso de Pedagogia (Licenciatura) de Miracema, forma, também, professores ou docentes para a primeira fase do ensino fundamental e habilita profissionais da educação” (p. 2).

É preciso considerar que esta discussão coloca para os docentes formadores e discentes em formação, particularmente para os primeiros, a responsabilidade de compreender a formação docente no contexto do movimento de luta pela democratização da sociedade, da educação e da escola na sociedade brasileira e tocantinense.

A seguir apresenta-se o Curso de Pedagogia da UFT, Campus de Miracema, na forma que existe hoje, a partir de seu projeto pedagógico.

#### **4.2 O curso de pedagogia na UFT/Campus de Miracema a partir do PPC**

A formação docente no Brasil é um tema amplo e muito debatido entre vários autores. Sabemos que a educação no país se deu de uma forma mais tardia, e com a necessidade maior em incluir as crianças e os jovens dentro da rede de ensino da educação básica, que não eram atendidas, surgem assim alguns desafios com a formação de professores.

O professor nesse contexto tem uma grande importância na construção da nossa civilização, o que leva mais responsabilidades para as instituições formadoras dos professores. Com todo esse processo vão surgindo novas políticas para atender as demandas dessa formação, porém como nos diz Gatti (2013-2014, p.35):

A formação dos professores tem sido um grande desafio para as políticas educacionais. Inúmeros países vêm desenvolvendo políticas e ações agressivas na área educacional cuidando, sobretudo, dos formadores, ou seja, dos professores, que são os personagens centrais e mais importantes na disseminação do conhecimento e de elementos substanciais da cultura. (GATTI, 2013-2014, p. 35)

Busca-se uma tentativa de trabalhar com medidas que visa formar professores e também proporcionar uma carreira digna e que seja bem atrativa a esses profissionais. Esses são elementos que ainda não se equilibram e dificultam o trabalho da escola e do professor.

Aqui no Brasil não tem sido possível manter as iniciativas que pudesse adequar os currículos as atuais necessidades do ensino, ou mesmo, que pudesse mudar as condições das formações nas licenciaturas. Concordamos com Gatti (2013/2014, p.36) quando informa que “Há um acúmulo de impasses e problemas historicamente construídos e acumulados na formação do professor em nível superior no Brasil que precisa ser enfrentado”. Percebemos que não é só um tipo de problema que o formando passa durante sua formação, muitos continuam mesmo após ter terminado o curso, como a falta de formação continuada durante o exercício de sua profissão.

Também temos como problemas a migração dos cursos de licenciaturas para o regime a distância, o chamado EAD, “Educação a Distância”, essa modalidade de ensino não oferece uma formação suficiente, o que acaba acarretando problemas na alfabetização das crianças do país. Percebemos isso quando Gatti (2013/2014, p.38) trata dessas questões em seu artigo: “O próprio currículo desses cursos emula o dos cursos presenciais, que não oferecem informação suficiente quanto a metodologias de alfabetização e ao trabalho na educação infantil”.

As IES, precisam levar em conta o campo de trabalho do professor como referência para a sua formação, Libâneo (2010, p. 28) mostra que “A formação profissional do professor implica, pois, uma contínua interpenetração entre teoria e prática, a teoria vinculada aos problemas reais posto pela experiência prática e ação prática orientada teoricamente”. Trabalhar com políticas de graduação que estejam articuladas com as mudanças exigidas das instituições de ensino superior no cenário mundial do nosso país, considerando as expectativas e as demandas da sociedade geral e do mundo do trabalho com projetos pedagógicos que tenham currículos dinâmicos que sejam flexíveis e adequados e atualizados.

Assim, o projeto pedagógico do curso de Pedagogia da UFT, Campus de Miracema anuncia algumas características da UFT informando que:

A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferece atualmente 46 cursos de graduação, sendo 40 presenciais e 6 nas modalidades EAD, 29 programas de mestrados, sendo 14 profissionais e 14 acadêmicos; e 6 doutorados sendo 1 profissional e 5 acadêmicos, além de

vários cursos de especialização lato sensu presenciais, sendo pertencentes à comunidade acadêmica aproximadamente 1.154 docentes, 16.533 alunos e 866 técnicos administrativos. (UFT. PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA MIRACEMA, 2024, p. 9).

De acordo com o projeto pedagógico do curso o mesmo está assim organizado:

O Currículo do curso de Pedagogia da UFT/Campus de Miracema está estruturado com base na Resolução CNE/CP n.1 de 15 de maio de 2006 e, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Docentes para a Educação Básica (Resolução CNE/ n 2/2015) cuja organização está constituída em três núcleos: Núcleo de Estudos de Formação Geral; Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das Áreas de atuação profissional e Núcleo de Estudos Integradores com carga horária mínima de integralização de 3.210 horas, distribuídas no tempo mínimo de 08 (oito) semestres, predominando componentes curriculares de 60 h/aula. (UFT. PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA MIRACEMA, 2024, p. 29).

Além dessa organização básica do currículo com uma carga horária de 3.210 de atividades de formação, o Projeto do Curso informa que o mesmo, atendendo ao constante nas Diretrizes Curriculares Nacionais, está organizado em três núcleos de formação, como segue:

O primeiro, Núcleo de Estudos Básicos, privilegia a formação básica, que contempla os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo: conhecimento da sociedade, da cultura, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação de conhecimentos. O Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, por sua vez, volta-se às áreas de atuação profissional, que oportuniza o aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo, através de disciplinas ou outros componentes curriculares, tais como: seminários de pesquisa, elaboração e defesa do TCC e a vivência do estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental contemplando as dimensões do ensino, da gestão e da produção e difusão do conhecimento. Já o terceiro, o Núcleo de Estudos Integradores, proporcionará enriquecimento curricular, que compreende disciplinas optativas de livre escolha dos alunos, a participação em atividades práticas em diferentes áreas do campo educacional e nas atividades integrantes, tais como: participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição, assim como as atividades complementares acadêmico- científico- culturais: participação em simpósios, congressos, conferências, debates, colóquios, cursos, oficinas e outras atividades de comunicação e expressão nas áreas da cultura, da ciência e das artes. (UFT. PPC DO CURSO DE PEDAGOGIA MIRACEMA, 2024, p. 29).

Como podemos ver nas dimensões o primeiro núcleo visa contemplar os fundamentos teórico-metodológicos necessários à formação do pedagogo, sendo estes o conhecimento da sociedade, da cultura, da educação, do homem, da escola, da sala de aula, da gestão educacional, do ensino-aprendizagem, da produção e apropriação

de conhecimento.

O núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos está voltado para as áreas de atuação do pedagogo como profissional e promove o aprofundamento de estudos nas áreas de formação do pedagogo, mediante disciplinas e componentes curriculares específicos.

Este núcleo visa contribuir para o desempenho do acadêmico para com seminários de pesquisa, elaboração e defesa do TCC e a vivência do estágio supervisionado nas áreas de educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental contemplando as dimensões do ensino, da gestão e da produção e difusão do conhecimento.

Sendo o último núcleo, o de Estudos Integradores, este estar disposto para contribuir no enriquecimento curricular e compreende disciplinas optativas, na participação em atividades práticas em diferentes áreas do campo educacional e nas atividades integrantes.

Por meio desse núcleo, os acadêmicos têm a oportunidade de vivência e participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, estágios extracurriculares, diretamente orientadas pelo corpo docente da instituição, assim como as atividades complementares acadêmico-científico-culturais. Podendo propiciar em diferentes áreas do campo educacional, e aquisição e apropriação de recursos de linguagem interpretando a realidade estudada e criando conexões com a vida social.

Com relação a estrutura do curso, segundo o PPC, o curso de pedagogia é uma licenciatura, com uma oferta de 80 vagas, com no mínimo de 8 semestres e máximo 12, com uma carga horária de 3.210h, funcionando em dois turnos, matutino e noturno.

Segundo o PPC (2024) o objetivo do curso de Pedagogia é formar através de uma formação sólida, teórico-prática e interdisciplinar balizada nos fundamentos filosóficos e conhecimentos didático-pedagógicos e gestão dos processos educativos cujo objeto seja o trabalho pedagógico, que dê fundamentos à docência. Docência, baseada nesse documento, tem dois sentidos: um amplo que caracteriza a ação educativa e processos pedagógicos sistemático e intencionalmente construído nas relações sociais e o sentido estrito, que se utiliza da expressão articulada do conhecimento, de ensino aprendizagem, ou concretização dos procedimentos didáticos pedagógicos em sala de aula.

Nessa perspectiva o curso de pedagogia numa concepção de docência, forma o licenciando em pedagogia, a partir do objeto próprio do estudo da pedagogia, fundamentando-se na docência que compreende o ensino, gestão, produção, difusão do conhecimento em espaços escolares ou não.

O projeto do curso deve explicitar o perfil do profissional docente levando em consideração as necessidades sociais dentro da educação, com elementos norteadores que devem ser considerados na construção do projeto pedagógico, com a formação profissional.

Segundo o PPP (2024), esses elementos estão presentes na Resolução CNE/CP Número 1/2002 em seu artigo 3:

- I. a competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- II. a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor;
- III. a pesquisa, como foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo do conhecimento (BRASIL, 2002).

Dessa forma o curso abrange as necessidades que o formando necessita para concluir o curso, articulando o conhecimento científico e os saberes com a teoria e a prática, fazendo uma ponte entre formação universitária e o exercício profissional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos estudos desta pesquisa, buscou-se evidenciar a importância do curso de pedagogia na formação do pedagogo, considerando o PPC do Curso, as normas e os marcos legais relacionados ao mesmo.

Esse trabalho teve como objetivo principal conhecer a história do curso de pedagogia no Brasil e buscar entender esse debate também a partir da formação do pedagogo ofertada no âmbito da Unitins e posteriormente na UFT, após sua existência, em especial no Campus de Miracema.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados na medida em que nos propuseram conhecer melhor o PPC do curso, as temáticas da formação docente mostrando as possibilidades e desafios enfrentados pelos formandos de licenciatura em pedagogia.

As leituras permitiram ter acesso aos debates acerca da formação do curso de pedagogia no Brasil; as implicações de decisões de governo sobre normativas que regulam a formação e os impactos desse processo na formação de professores.

Por outro lado, pudemos conhecer melhor a história do curso de pedagogia ofertado pela UFT, no Campus de Miracema e como este, a partir do trabalho de docentes e discentes tem articulado a formação do pedagogo, seus dilemas e possibilidades, no debate teórico acerca do curso e da formação, mas também suas articulações com o trabalho da escola básica no Tocantins.

Acreditamos que a formação inicial do professor é um processo contínuo e que, no caso do curso de pedagogia, considerando o contexto das necessidades da região, da instituição formadora, acredita-se que seja importante a continuidade dos diálogos para aprimorar a identidade do curso e as necessidades das escolas e dos professores em formação. Isso coloca para a UFT a necessidade de rever sua política de formação inicial, no campo da pedagogia, mas também a urgência de pensar sobre a formação continuada e seus desdobramentos, no Campus de Miracema.

Nesse sentido almejamos que os resultados da pesquisa possam contribuir para os estudantes levando mais contribuições para os estudos, constatando que o curso de pedagogia da UFT Campus de Miracema, é um curso de qualidade tanto para formação intelectual como para a social, levando novas perspectivas de novos horizontes na vida profissional dos formandos do curso.



## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – **ANFOPE. IX Encontro Nacional:** Documento Final. Campinas, ANFOPE, 1998.

BRASIL, Governo Federal. Decreto n.º 3.554, de 07 de agosto de 2000. Dá nova redação ao § 2º do art.3º do Decreto n.º 3.276, de 6 de dezembro de 1999, que dispõe sobre formação em nível superior de professores para atuar na educação básica. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 1.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer CFE nº 251/1962 – Institui o currículo mínimo e duração do curso de pedagogia.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 09, de maio de 2001.** Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/cne/parecer.shtm>>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

BRASIL. Governo Federal. Decreto nº 2.302, de 19 de agosto de 1997.

BRASIL. Governo Federal. Decreto nº 3.276, de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União nº 159**, seção 1, p. 17991, de 20 de agosto de 1997.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. LDB. Lei Nº 9.394/96. Brasília: Diário Oficial da União de 06 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº CNE/CP 009/2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº CNE/CP 28/2001.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº CNE/CP 2/2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1/2006.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: Acesso dia 29 de abril de 2024.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas (SP): Papyrus, 1996.

FREIRE, José Carlos da Silveira. **A formação de professores na Universidade do Tocantins – UNITINS**: limites e possibilidades do Curso de Licenciatura em Regime Especial. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira – UFG/Faculdade de Educação: Goiânia, 2002.

FREITAS, Helena Costa de. 30 Anos da Constituição. Avanços e retrocessos na formação de professores. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.12, n.24, p.511-527, nov. /dez.2018. Disponível em: &lt; <http://www.esforce.org.br>&gt;;

FREITAS, Helena Costa L. de. **O Trabalho como Princípio Articulador na Prática de Ensino e nos Estágios**. Campinas – São Paulo: Papyrus, 1996.

GATTI, A. Bernadete. Formação de professores no Brasil: característica e problemas. **Educação Social**, Campinas, v,31, n.133, p.1355-1379, out.dez.2010.

KUENZER, Acácia Z.; RODRIGUES, Marli de F. **As diretrizes curriculares para o curso de pedagogia**: uma expressão de epistemologia da prática. In: Encontro Nacional ed. Didática e Prática de Ensino, 12., Recife. Anais: UFPE, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. Didática. 2ªed.São Paulo. Cortez.2010.

LIBÂNIO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos: inquietações e buscas. **Educar**, Curitiba, n.17, p.153-176. 2001.Editora da UFPR.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNIO, José Carlos. **Diretrizes Curriculares da pedagogia** – um adeus à pedagogia e aos pedagogos? In: SILVA, A. M. et al. Novas subjetividades, currículo, docência e questões pedagógicas da inclusão. XIII ENDIPE. Recife, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. **Diretrizes Curriculares da Pedagogia**: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. Educação e Sociedade, volume 27, n. 96, out. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

MARIM, Alda Junqueira. PIMENTA, Selma Garrido. **Didática teoria e pesquisa**.

MELO, Márcia M. de O. **Pedagogia e Curso de Pedagogia**: riscos e possibilidades epistemológica face ao debate e às novas DCNs sobre esse Curso. Campinas (SP): Autores Associados, 2006.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa social. **Teoria, método e criatividade**. 21ªed.Petropolis, RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Antônio Miranda de. Memoriais e registros da história do curso de Pedagogia da UFT-Campus de Miracema.2023

OLIVEIRA, Leandra Martins de. Políticas educacionais na formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental em cursos de licenciatura. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**[online].2010, v 18, n.67. [. Acesso em 18 de abril de 2024], pp.235-252. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/50104>.....

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004. – (Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos).

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia, Ciência da Educação?** Textos de José Carlos Libâneo...et al; 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PRADO, Douglas Silva da. **Escolas normais no Brasil no Período Imperial (1835-1889)**. Curitiba Instituto Federal do Parana,2020.  
Regulamenta sobre o Sistema Federal de Ensino e dá outras providências. **Diário Oficial da União nº 159**, seção 1, p. 17991, de 20 de agosto de 1997.

RODRIGUES. Fabiana de Moura Maia. A formação docente no curso de Pedagogia e as reformas educacionais na ditadura militar (1964-1985) Dossiê: “A Questão Social” - Notas de Pesquisa **TEMAS & MATIZES**-vol. 9- n 17-PRIMEIRO SEMESTRE DE 2010. pp.210-217.ISSN:1981-46682(versão eletrônica)

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 3. ed. Vozes: Petrópolis, 1982.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: História e teoria**. Campinas, SP. Autores associados, 2020. Livro Eletrônico. Acesso em 22 do 03 de 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 1ºed. São Paulo: Cortez,2013.

SILVA, Carmem S. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. 2. ed. Campinas: Autores Associados,1999.

TANURI, L.M. **As diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia**. In: BARBOSA Raquel Lazzarilite. (Org.). Formação de Educadores: artes e técnicas, ciências e políticas. 1ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006, v. pp. 73-86.

UFT. Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia, Campus de Miracema, 29 de junho de 2018.

UFT/CAMPUS DE MIRACEMA. **Projeto de Prática de Ensino e Estágio do Curso de Pedagogia**. Miracema do Tocantins, 2005UFT/CAMPUS DE MIRACEMA. **Projeto Político Pedagógico: Curso de Pedagogia: Supervisão Educacional**. Miracema do Tocantins, 2004.

UNIVERSIDADE DO TOCANTINS. Proposta de Implantação do Centro Universitário de Formação de Profissionais da Educação. Pró-reitora Acadêmica. Palmas - TO, 1999.